Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

SOLIDARIEDADE

Mensal | Novembro 2026 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 331

ELEIÇÕES EM FÁTIMA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2027

José Carlos Batalha, mandatado para liderar a lista institucional da CNIS



Já há três candidatos à sucessão do padre Lino Maia





SANTARÉM

25 anos celebrados com a I Gala da UDIPSS

Em ano de celebração do 25º aniversário, a I Gala da UDIPSS Santarém serviu para reconhecer, valorizar e dar visibilidade a pessoas, instituições, projetos e entidades que se distinguem pelo seu contributo para o Sector Social Solidário do distrito e ainda para debater a escassez de recursos humanos, a integração de imigrantes, mas também para procurar soluções inovadoras como a robótica.



BARCELOS

Duas novas respostas sociais em Alvito S. Pedro

O concelho de Barcelos acaba de ganhar mais duas respostas sociais, mais concretamente no território da União de Freguesia de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto, com a inauguração, no passado dia 29 de outubro, da Azenha dos Afetos - Habitações Colaborativas e Comunitárias, pela Casa do Povo de Alvito, e das Casas da Aldeia - Residência de Autonomização e Inclusão, pelo Centro Social Vale do Homem.



COVILHÃ

Cerzir Afetos inaugurou o novo Centro de Dia de Boidobra

Uma década depois, a Boidobra, freguesia do concelho da Covilhã, tem novamente uma estrutura de apoio à população, especialmente, à mais idosa, com a inauguração, no final de outubro, do Centro de Dia, um investimento de 1,3 milhões de euros. "Queremos que este Centro de Dia seja muito mais do que um espaço onde os nossos idosos passam o dia. Queremos que seja uma segunda casa", afirmou Paulo Jerónimo, presidente da Cerzir Afetos, na inauguração.

Opinião



Paulo Pedroso
Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade

Parceiro, não fornecedor

O setor social não deve ser parceiro do Estado por ser mais barato, mas por trazer à resposta pública a solidariedade, a participação e o compromisso com a comunidade. Essa diferença exige reconhecimento do Estado e tem de ser demonstrada pelas próprias instituições.

Mas a palavra prestador instala-se no vocabulário dos serviços sociais e revela o caminho que se está a fazer. Público, social e privado surgem como três marcas do mesmo produto, que o Estado escolhe pelo preço e pela disponibilidade.

Os sinais estão à vista. Na rede de cuidados continuados integrados, criada em 2006, as instituições sociais celebram contratos-programa com o Estado em pé de igualdade com o setor privado. Nas creches, a gratuitidade, que nasceu na rede de cooperação, foi alargada a entidades lucrativas onde faltassem vagas, e o Programa do XXIV Governo chegou a tratar público, social e privado como equivalentes, abrindo caminho a um mercado financiado pelo Estado.

Visto como um prestador entre outros, o setor social recebe uma justificação pobre para a cooperação com o Estado: é mais barato. É insuficiente e, a prazo, perigosa. Importa dizer o que distingue uma instituição da economia social de uma empresa contratada pelo Estado para prestar o mesmo serviço.

A primeira diferença está no destino do excedente. Uma empresa remunera o capital de quem investe; a economia social trabalha com capital, mas não para o capital: o que sobra volta à missão. Isso conta sobretudo onde a qualidade é difícil de verificar, como nos cuidados, e não depende de haver lucro ou prejuízo. Discute-se, pois, não só o destino do excedente, mas as condições para o gerar e sustentar a missão.

A segunda está na governação. As IPSS são organizações de pessoas, de adesão livre e órgãos eleitos, na grande maioria dirigidas por voluntários. Respondem perante associados e comunidades, não acionistas. Isso permite uma relação distinta com quem servem, mas não garante a sua participação. No mercado, o utente é consumidor: pode reclamar ou mudar de fornecedor. Na parceria, deve ser cidadão e, idealmente, membro, com voz sobre a resposta de que depende.

A terceira está nos recursos. Uma instituição social mobiliza o que o mercado não compra nem vende. Reune voluntariado, donativos, património legado por gerações, o tempo de vizinhos e famílias. É essa mistura que permite oferecer o serviço público a menor custo. Mas é um recurso a proteger, não a explorar. A solidariedade dos cidadãos deve somar-se ao financiamento público, nunca tapar as suas falhas.

A quarta é o território. Todos os concelhos têm organizações da economia social. Uma IPSS nasce da comunidade e não a abandona quando o serviço deixa de ser rentável. O prestador de mercado instala-se onde há procura solvente e sai quando ela desaparece. Num país envelhecido e de interior despovoado, isso vale mais do que o custo por utente.

A quinta é a inovação e a voz. Muitas respostas hoje financiadas pelo Estado nasceram da sociedade civil antes do reconhecimento e da regulação legal. As instituições não só executam: através das confederações e da rede social, participam no desenho das políticas que aplicam.

A relação entre Estado e instituições não deve ser tratada por nenhuma das partes como fornecimento. A Constituição incumbe o Estado de apoiar e fiscalizar as IPSS. A lei define cooperação como parceria, "com partilha de objetivos e interesses comuns, mediante a repartição de obrigações e responsabilidades". O Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, de 1996, renovado em 2021, e os compromissos negociados periodicamente concretizam essa ideia.

Num contrato de fornecimento centrado no preço, o Estado define o caderno de encargos, escolhe a proposta mais barata e recebe o serviço encomendado. Onde a qualidade do cuidado não cabe nesse caderno, a concorrência pelo preço tende a poupar no que não se vê. A diferença essencial está, porém, na natureza da relação, não no critério de escolha. Na cooperação, o Estado reconhece uma iniciativa da comunidade, partilha uma missão de interesse público e deve compensá-la adequadamente. Não é a mesma coisa.

O Estado depende de uma rede autónoma que não dirige, mas deve apoiar e fiscalizar; as instituições, de um financiamento que não decidem. O equilíbrio exige lealdade de ambos. Não é uma singularidade portuguesa. Em Itália, o Tribunal Constitucional reconheceu na cooperação com o terceiro setor «um canal de administração partilhada, alternativo ao do lucro e do mercado», assente na convergência de objetivos, não no pagamento de preços. O Tribunal de Justiça da União Europeia admite que a lei reserve a entidades sem fins lucrativos os acordos de prestação de serviços sociais.

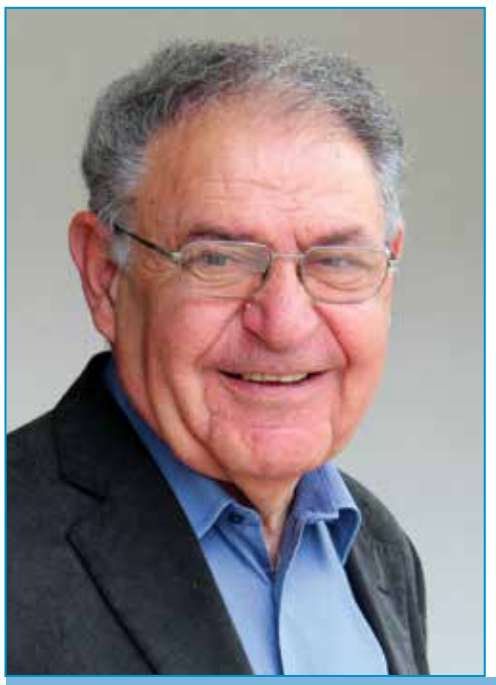
Esta especificidade não é, porém, um dado adquirido. Ela tem de ser praticada e demonstrada. Décadas de dependência do financiamento público levaram algumas instituições a agir como serviços desconcentrados do Estado, absorvidas pelos acordos e pela conformidade regulamentar. Outras são tentadas a imitar a gestão empresarial.

Ao Estado pede-se que reconheça a diferença no financiamento e na regulação. Ele deve compensar o custo real das respostas com compromissos plurianuais previsíveis, sem substituir financiamento devido por donativos e consignações; privilegiar a cooperação onde o setor social existe, complementá-la com oferta pública onde as capacidades não acompanham as necessidades e reservar ao setor lucrativo um papel suplementar; programar e desenhar respostas com as instituições, não contratá-las como fornecedores; avaliar enraizamento, participação e confiança que só a economia social traz, não apenas custo por utente.

Às IPSS pede-se que a gestão dos acordos não esgote a missão. O seu papel não é apenas prestar serviços; é também o de mobilizar a solidariedade da comunidade, dar voz a quem precisa e construir respostas e políticas sociais. Ser parceiro do Estado exige iniciativa própria, não só execução. Defender a cooperação é assumir a responsabilidade de ser diferente.

Assim, "porquê cooperar com o setor social?" terá uma resposta mais rica do que "porque é mais barato". Coopera-se porque quem pertence à comunidade, não procura o lucro e presta contas a quem serve pode prestar um serviço público melhor na qualidade, na equidade de acesso e na participação. Pondo essa natureza em prática encontrar-se-á a especificidade do setor social. Caso contrário, teremos o que ela repudia, um mercado de serviços sociais com prestadores privados, alguns de carácter social.





Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

As Pessoas primeiro

1. "Sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da República e tendo como tema a «Coesão Social», o Conselho de Estado reuniu no dia 2 de novembro de 2026, no Palácio de Belém.

Os Conselheiros de Estado foram ouvidos sobre os caminhos que consideram adequados para o reforço da coesão social, enquanto condição para a resposta aos desafios estruturais do País, designadamente nos domínios da desigualdade, da coesão territorial e do acesso a bens essenciais, como habitação, educação e saúde.

O Presidente da República valorizou os contributos apresentados pelos Conselheiros de Estado, que enriqueceram a reflexão sobre esta matéria, reafirmando a importância da coesão social para a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

2. Os conceitos de coesão social, coesão territorial e colocar as pessoas primeiro formam os três pilares fundamentais das políticas modernas de desenvolvimento sustentável, estando no centro da estratégia de investimento da União Europeia e das discussões políticas mais recentes em Portugal.

Estes princípios determinam que o crescimento económico de um país só é real e justo se reduzir as desigualdades e chegar a todos os cidadãos, independentemente de onde vivam.

1. Coesão Social: Reduzir Desigualdades

A coesão social foca-se na inclusão e no bem-estar coletivo. O objetivo principal é garantir que a sociedade não se fragmente devido a disparidades extremas.

- **Inclusão ativa:** Garantir que grupos vulneráveis tenham proteção social adequada e redes de apoio eficazes.
- **Acesso a direitos básicos:** Promover a igualdade de oportunidades na habitação, na educação e na saúde.
- **Combate à pobreza:** Desenvolver caminhos estruturais para mitigar a exclusão social e as fraturas salariais.

2. Coesão Territorial: Equilíbrio Geográfico

A coesão territorial garante o desenvolvimento harmonioso das diferentes regiões, convertendo a diversidade geográfica numa vantagem económica e social.

- **Litoral vs. Interior:** Combater a desertificação das zonas do interior através da atração de investimento e fixação de populações.
- **Acesso equitativo:** Assegurar que os cidadãos das regiões periféricas tenham a mesma qualidade de serviços públicos, transportes e emprego que os das grandes metrópoles.
- **Valorização local:** Potenciar a cultura e a identidade regional como motores de riqueza e atração de novos públicos.

3. As Pessoas Primeiro: O Foco Humano

Este princípio funciona como a bússola que orienta as decisões políticas e os fundos financeiros. Significa que a economia e as infraestruturas devem servir as pessoas e não o contrário.

3. A expressão **"terra, teto e trabalho"** (também conhecida como os **"3 T"**) foi uma das bandeiras centrais da doutrina social do Papa Francisco ao longo do seu pontificado. O pontífice definiu estes três pilares como **direitos sagrados** indispensáveis para garantir a dignidade humana de todas as famílias.

A expressão ganhou destaque mundial em outubro de 2014, durante o primeiro Encontro Mundial dos Movimentos Populares no Vaticano. Segundo a visão apresentada por Francisco nos seus discursos e mensagens oficiais, cada elemento representa uma necessidade básica:

- **Terra.** Refere-se ao direito ao espaço para viver, cultivar alimentos e cuidar da criação, opondo-se à especulação imobiliária e agrícola que expulsa os mais pobres.
- **Teto.** Corresponde ao direito a uma habitação digna e segura para cada família, combatendo a exclusão urbana e a falta de abrigo.
- **Trabalho.** Representa o direito a um emprego decente e com direitos garantidos, que permite à pessoa sustentar a sua família e participar ativamente na sociedade.

Aos **"3 T"** talvez seja chegada hora de acrescentar um quarto **"T"**, de **Tratamento** que representa o direito da pessoa aos cuidados de saúde e à proteção social.

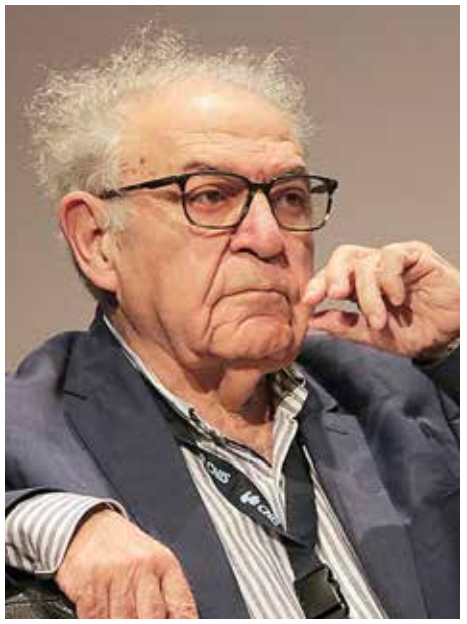
Se se vem insistindo muito e bem na defesa da escola pública, na valorização do SNS e no direito à habitação digna e segura é urgente a construção de uma proteção social justa, eficaz e humanizada que exige políticas públicas integradas, intersectoriais e de multinível, dotadas de recursos adequados e sustentadas por uma efetiva cooperação entre todos os intervenientes.



Fotógrafo da Presidência

PRESIDENTE DA CNIS EM ENTREVISTA À RÁDIO RENASCENÇA

As pessoas têm que estar no centro da ação política



O padre Lino Maia aplaudiu a decisão do Presidente da República, António José Seguro, de convocar um Conselho de Estado sobre coesão social, olhando o encontro com a esperança que servisse para encontrar "orientações e chamadas de atenção" para o problema.

"As pessoas têm que estar no centro da política, no centro da ação, das preocupações, dos programas e, por isso, penso que este tema que o senhor Presidente escolheu para o Conselho de Estado é, de facto, muito oportuno", sustentou o presidente da CNIS, em entrevista à Rádio Renascença, sobre questões de atualidade nacional.

Para o padre Lino Maia, "é importante que, de facto, daí surjam orientações ou, pelo menos, uma chamada de atenção para os decisores políticos, para se colocarem as pessoas no centro das atenções, nos centros das ações".

O líder da CNIS entende que o "Estado tem de assumir as suas responsabilidades" e não "confiar demasiadamente nas instituições sociais", porque "o Estado tem lavado as mãos e tem confiado demasiadamente nas instituições sociais, que são importantes, mas não podem fazer tudo e, sobretudo, precisam de meios para fazer o que fazem e estarem atentas como estão". E voltando a erguer a bandeira que carrega há muito, insistiu para que a "proteção social seja direito universal, reconhecido pela Constituição".

"Temos de passar a um apoio assumido pelo Estado" e a "Constituição da República tem de assumir a proteção social como um direito universal e criar, depois, um sistema de proteção social para que, de facto, ninguém fique para trás", sublinhou.

Já sobre a crise na habitação, o presidente da CNIS defendeu que "a bastonada não é propriamente uma solução" e considerou ainda que se esperava mais da reação do Presidente da República à agitação social das últimas semanas.

"Foi pouco, foi poucochinho. Eu compreendo que o Presidente da República tem a sua maneira de ser e de estar, e ele tem dito que está atento, mas esperava mais", afirmou, prosseguindo: "Penso que se está a enfiar a cabeça na areia. A questão da habitação é de facto muitíssimo importante e é preciso tomar decisões. Não queria entrar assim numa linguagem populista, mas a decisão não é a bastonada propriamente dita. A decisão é, de facto, assumir um programa de resolução, para que um jovem, em princípio de vida possa ter acesso a uma casa sem hipotecar todo o seu ordenado numa renda".

O padre Lino Maia insistiu no pedido de "mais habitação" e, sem "querer entrar na discussão política", criticou o Governo porque lhe causa "muita confusão que se considere uma renda moderada, uma renda de 2.300 euros!". "Penso que não é uma renda moderada e isso pode provocar uma especulação de preços", argumentou.

REUNIÃO DECORREU NA SEDE DA CNIS

Sector Social Solidário debateu participação nos Comités de Acompanhamento do Portugal 2030

O Sector Social Solidário reuniu-se, no passado dia 14 de outubro, na sede da CNIS, para fazer o balanço da participação das organizações representativas do sector nos Comités de Acompanhamento do Portugal 2030.

Estiveram presentes, pela CNIS, o padre Lino Maia, presidente da Direção, e Alfredo Cardoso, vogal da Direção, pela União das Mutualidades Portuguesas, Samuel Ferreira, do Gabinete de Inovação e Desenvolvimento Estratégico, e, pela União das Misericórdias Portuguesas, Ponciano Oliveira, diretor-executivo do Grupo Misericórdias Saúde.

Durante a reunião, foi reafirmada, por unanimidade, a necessidade de reforçar a participação e a representatividade do Sector Social Solidário nos processos de acompanhamento e decisão das políticas públicas, nomeadamente ao nível das CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional).

Foram ainda destacadas as posições responsáveis, mas firmes, do representante do sector, quer ao nível da participação nos Comités de Acompanhamento, quer nas tomadas de posição das consultas escritas.

Os participantes consideraram ainda que a inexistência de uma plataforma própria de diálogo e discussão dos problemas sociais no âmbito das CCDR contribui para que as especificidades, necessidades e preocupações do sector não tenham a devida consideração.

Como objetivo central para a consolidação do Sector Social Solidário, foi consensualizada a necessidade de promover, em todos os fóruns de intervenção onde o sector está representado, a urgência de consagrar a Proteção Social como direito Universal.

CNIS
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, **em Fátima**, no **Hotel Cinquentenário**, no próximo **dia 28 de Novembro**, pelas **9h45,** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2027;

2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de ação e orçamento para 2027;

3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2027;

4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto, 11 de novembro de 2026

Rua da Reboleira, 47 | 4050-492 Porto | +351 226 068 614 | cnis@cnis.pt | www.cnis.pt

PROJETO CNIS

"IPSS: RETRATO, PROBLEMAS E CONTRIBUTOS DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA"

Agostinho Branquinho apresenta livro sobre Sector Social

O antigo secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social Agostinho Branquinho apresentou, no Porto, no auditório da Biblioteca Almeida Garrett, o livro "IPSS. Retrato, problemas e contributos da comunicação estratégica", perante perto de duas centenas de pessoas.

A apresentação do livro e do autor esteve a cargo do Presidente da CNIS, padre Lino Maia e do provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, António Tavares.

O livro tem por base uma investigação de doutoramento feita com recurso a um inquérito a 254 Instituições Particulares de Solidariedade Social representativas do sector da Economia Social. Agostinho Branquinho faz um retrato das IPSS "analisando a sua história, os modelos de governança, a relação com o Estado e os desafios que enfrentam num contexto de crescente exigência e sustentabilidade".

No final da publicação, Agostinho Branquinho, que foi Secretário de Estado entre 2013 e 2015, nos governos de Pedro Passos Coelho, deixa dez recomendações às IPSS, em matéria de comunicação estratégica, que "terão de saber dar continuidade, sobretudo tendo em vista aumentar a sua visibilidade, o seu reconhecimento, o incremento da sua actividade e a observância de boas práticas".

Para o livro o autor recolheu contributos de Pedro Passos Coelho, antigo primeiro-ministro, Pedro Duarte, presidente da Câmara do Porto, Lino Maia, presidente da CNIS e António Tavares, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto,

Agostinho Branquinho é doutorado em Comunicação e Ativismos e docente na Universidade Lusófona.

Que importância teve a sua experiência de governante na escolha deste tema para a investigação do doutoramento?

Todas as experiências que vivemos acabam por moldar a nossa forma de pensar, a maneira como vemos o mundo e aquilo que desejamos ver mudar. A minha passagem pela Secretaria de Estado da Solidariedade e da Segurança Social foi um marco nesse sentido. Tive a possibilidade de definir e executar políticas públicas em áreas tão sensíveis como a proteção de crianças e jovens em risco, o combate à violência doméstica e os apoios sociais e, sobretudo, de rever o Estatuto das IPSS, adaptando aos novos tempos um quadro legal que vinha de 1983. Essa mudança foi feita com amplo consenso, envolvendo os principais parceiros do setor — a Igreja Católica, a CNIS, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas — e as forças políticas com assento parlamentar.

Foi um período muito rico, pessoal e politicamente, vivido num contexto muito adverso: o país estava sob assistência financeira externa e a emergência social exigia respostas rápidas. Percebi então, na prática, que sem as instituições sociais — e as Misericórdias foram decisivas nesse esforço — os apoios não teriam chegado a tempo, nem com dignidade, a quem mais precisava.

Mas percebi também que esse trabalho notável é, em grande parte, invisível. As instituições fazem muito e comunicam pouco. Foi dessa constatação que nasceu a pergunta central do meu doutoramento em Comunicação e Ativismos: que papel pode a comunicação estratégica ter na afirmação e na sustentabilidade das IPSS?

Desde início teve a ideia de publicar o livro?

Não propriamente. O objetivo inicial era a tese. A ideia do livro foi ganhando forma à medida que a investigação avançava e os resultados mostravam duas coisas: que há ainda um grande desconhecimento sobre o papel das IPSS na sociedade portuguesa, e que os dados recolhidos — um inquérito a 254 instituições, entre as quais 89 Misericórdias — podiam ser úteis para lá do meio académico, a dirigentes, técnicos e decisores políticos.

Considera a comunicação estratégia muito importante para as IPSS. Porquê?

No mundo em que vivemos, aquilo que não está no espaço público e mediático, na prática, não existe. Compreendo que quem faz o bem prefira a discrição — há nisso uma ética de serviço que respeito. Mas a discrição tem um preço. O estudo que fiz mostra que cerca de 80% das IPSS não têm qualquer serviço de comunicação e que apenas 20% têm um plano de comunicação. O resultado é um paradoxo: fala-se das instituições sobretudo quando, em casos muito isolados, algo corre mal, e muito pouco do trabalho que fazem todos os dias junto de mais de 500 mil pessoas.

Há também uma consequência financeira. Na maioria das instituições, os acordos com o Estado representam entre 50% e 80% das receitas, enquanto a angariação de donativos pesa apenas 9%. Cabe, naturalmente, ao Estado financiar uma parte importante desta atividade, porque estamos a falar de uma prestação de serviço público de enorme alcance social. Mas depender em excesso de uma só fonte fragiliza a autonomia das instituições — e a nossa História, nomeadamente no Estado Novo, mostra bem os riscos de um setor social capturado pelo poder político.

Os portugueses já deram muitas provas de generosidade. O desafio é tornar esse apoio mais regular — em donativos, mecenato e voluntariado — e isso só acontece quando as pessoas conhecem o trabalho, os resultados e a transparência das instituições. Há um dado que devia ser muito mais divulgado: cada euro captado por uma instituição de solidariedade social gera mais de quatro euros de valor social. A comunicação estratégica serve precisamente para tornar isso visível.

No livro deixa algumas recomendações para as IPSS...

Não há soluções mágicas, mas há caminhos claros. Quatro exemplos: Diversificar as fontes de financiamento; capacitar dirigentes e quadros, separando com clareza a administração da gestão operacional; cooperar mais; dar ao setor um quadro legal à altura. Tudo isto assenta na confiança. E a confiança constrói-se com transparência e com comunicação.

Que conselhos práticos daria às IPSS que não têm política de comunicação?

O primeiro conselho (se se pode dizer dessa forma) é terem, de facto, uma política de comunicação, definida e assumida pela direção e pela gestão operacional. Hoje só uma em cada cinco instituições tem um plano de comunicação. Na prática, sugiro alguns passos simples: Elaborar todos os anos um plano de comunicação articulado com o plano de atividades, com objetivos, públicos, mensagens e indicadores, incluindo as necessidades financeiras e a captação de voluntários; Designar um responsável, mesmo que não a tempo inteiro, e dar-lhe formação; Cuidar da comunicação interna: colaboradores, voluntários, utentes e famílias são os primeiros embaixadores da instituição; Contar histórias e mostrar resultados: casos de sucesso, números do impacto e contas claras, publicados no sítio da internet e nas redes sociais; Manter uma relação regular com a imprensa local e regional — e jornais como a Voz das Misericórdias são aqui um aliado — e com as autarquias; Assumir uma voz pública na defesa dos direitos de quem servem. A comunicação não serve apenas para divulgar: pode ajudar a mudar políticas públicas.

Repito: hoje só existe aquilo que é notícia. Quando as instituições não ocupam o espaço público com o que fazem bem, esse vazio acaba preenchido por pequenas polémicas ou más práticas que, sendo largamente minoritárias, ganham um peso desproporcionado.

Vai manter a ligação à Economia Social Solidária?

Continuarei a dar o meu contributo, no plano académico e cívico, por tudo o que este setor representa na luta por uma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraterna.



SALGUEIRO DO CAMPO

Apoio camarário de 500 mil euros para a construção da nova ERPI

O Centro Social de Salgueiro do Campo foi brindado com um apoio camarário no valor de 500 mil euros para a continuação das obras de construção e requalificação do novo complexo de respostas sociais da instituição do concelho de Castelo Branco.

Com esta ajuda da autarquia, a instituição pode dar continuidade à construção da nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), com capacidade para acolher 42 utentes. Para além do lar, este apoio permite ainda assegurar o Serviço de Apoio Domiciliário a 48 beneficiários, um Centro de Dia para 30 pessoas e valências dedicadas à promoção e proteção da saúde.

A assinatura do protocolo de colaboração foi efetuada pelo presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Leopoldo Rodrigues, e pelo presidente da instituição, António Pedro Silva.

INFANCOOP, CALDAS DA RAINHA

51 anos celebrados com inauguração da obra de ampliação da creche

A Infancoop – Cooperativa de Pais Trabalhadores para Apoio à Infância, das Caldas da Rainha, celebrou o seu 51.º aniversário, no passado dia 23 de outubro, com uma cerimónia que teve na inauguração da remodelada e ampliada creche o seu momento alto.

Com a intervenção realizada, a Creche passa a ter oito salas, num total de 118 lugares para crianças dos 4 meses aos 3 anos, o que significa um alargamento de 22 lugares.

A intervenção nas instalações estendeu-se à salas existentes, onde foram efetuadas melhorias o que criou melhores condições para crianças e equipas.

A obra orçou em cerca de 29 mil euros e foi financiada, em cerca de 93%, pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Foi um processo "longo e exigente", que começou na candidatura, passou pelo planeamento e financiamento e pelas dificuldades da construção e terminou no dia 23 com a inauguração, lembrou Pedro Custódio, presidente da Infancoop.

Recorde-se que, no início do ano, as Caldas da Rainha também foram afetadas pelo 'comboio de tempestades' que assolou a região de Leiria, para além dos constrangimentos com a escassez de mão-de-obra e o aumento do custo dos materiais.

Pedro Custódio lembrou que 51 anos de história são várias gerações de crianças que passaram pela instituição, o que demonstra a confiança das famílias e a dedicação dos profissionais.

"Continuaremos a acreditar que a qualidade da educação depende, acima de tudo, da qualidade humana e profissional daqueles que a constroem todos os dias", referiu, sublinhando: "Ao longo destes 51 anos, a Infancoop sempre soube transformar obstáculos em oportunidades. Sempre encontrou soluções quando os problemas pareciam maiores do que os recursos disponíveis".

Apesar do momento ser festivo, o presidente da Infancoop não deixou de alertar para os problemas de sustentabilidade financeira que as IPSS enfrentam face ao aumento de custos e exigências, mas também para outros desafios como a atração e retenção de educadores e professores qualificados, especialmente pela concorrência do sector público.



CERZIR AFETOS, ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE BOIDOBRA, COVILHÃ

Uma década depois, Boidobra recupera apoio aos mais idosos

Criada em 2018, a Cerzir Afetos - Associação de Solidariedade Social de Boidobra, a mais jovem IPSS do distrito de Castelo Branco, nasceu pela necessidade de apoiar a população da freguesia da Boidobra, que dois anos antes ficara desamparada em termos de resposta social, após o encerramento do Centro Paroquial de Santo André.

"Havia aqui na freguesia uma IPSS que fazia o apoio domiciliário e tinha ainda um Centro de Dia, que era o Centro Social Paroquial de Santo André, que tinha sido constituído no início dos anos 1980", começou por dizer Paulo Jerónimo, presidente da Cerzir Afetos, ao Solidariedade, aquando da visita do jornal à instituição, há cerca de dois anos e meio.

"Essa instituição prestou, ao longo destes anos todos, o apoio à população, mas também não evoluiu muito para fazer face às necessidades da comunidade, nem sequer em termos de estrutura física. Conforme foi criada, assim ficou ao longo dos anos. Ela até teve bastante consistência enquanto houve padres residentes aqui na freguesia. Em 2016, acabou por declarar insolvência e a Boidobra ficou sem apoio social".

Porém, uma década depois, a Boidobra, freguesia do concelho da Covilhã, tem novamente uma estrutura de apoio à população, especialmente, à mais idosa.



No final de outubro, a instituição inaugurou o seu Centro de Dia, num investimento de 1,3 milhões de euros.

Foi um processo com muitos obstáculos, num terreno cedido pela Câmara Municipal da Covilhã, mas a Cerzir Afetos logrou a criar um espaço preparado para receber 30 utentes.

Na cerimónia de inauguração, o presidente da Cerzir Afetos defendeu que o novo espaço deve ser uma segunda casa de todos os utentes.

"Queremos que este Centro de Dia seja muito mais do que um espaço onde os nossos idosos passam o dia. Queremos que seja uma segunda casa, onde encontrem companhia, dignidade, respeito, participação e afetos", afirmou, sublinhando: "Um espaço onde cada pessoa seja reconhecida na sua individualidade, na sua história, nas suas experiências e nos seus saberes. Um espaço onde os nossos utentes continuem a sentir-se parte ativa da comunidade e onde todas as famílias encontrem confiança e tranquilidade".

No entanto, Paulo Jerónimo não deixou de alertar para as dificuldades inerentes ao funcionamento da nova resposta social: "Para equipar devidamente as instalações e adquirir as viaturas necessárias ao desenvolvimento das nossas respostas sociais, tivemos de realizar investimentos muito significativos. Como não tínhamos capacidade financeira para adquirir viaturas novas, optámos pela compra de viaturas usadas, procurando responder às necessidades da instituição com os nossos recursos".

Com um investimento global na obra e entrada em funcionamento de cerca de um milhão e 300 mil euros, a Cerzir Afetos teve de recorrer à banca, suportando um compromisso financeiro na ordem dos 400 mil.

"É um encargo que representa uma pressão financeira significativa para uma instituição jovem, que se encontra ainda na fase inicial da sua atividade", frisou Paulo Jerónimo.

Segundo o presidente da instituição, "este não é o fim de um caminho, mas o início de uma nova etapa", numa referência à intenção de construir uma ERPI. Paulo Jerónimo lançou ainda um desafio ao presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Hélio Fazendeiro, para que a autarquia ceda o terreno ao lado do Centro de Dia, para começarem "a trabalhar no projeto de uma ERPI e de uma creche".

O novo Centro de Dia teve um financiamento público através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), após o indeferimento ao PARES 3.0, de cerca de 488 mil euros, reforçado por um apoio à aquisição de equipamento móvel de aproximadamente 26 mil euros. A inauguração do novo equipamento social na Boidobra integrou o programa comemorativo dos 840 anos de história do concelho e dos 156 anos de elevação da Covilhã a cidade.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA MARIA DA MURTOSA

Falta de sustentabilidade leva ao encerramento do SAD

Perante as dificuldades financeiras que a resposta tem comportado, o Centro Social Paroquial de Santa Maria da Murtosa decidiu encerrar o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Por considerar que o aumento dos custos de funcionamento e as limitações das instalações comprometem a sustentabilidade da resposta social, a instituição encerrou o SAD.

"Uma reflexão sobre a capacidade de continuar a assegurar um serviço com a qualidade, a segurança e a dignidade exigidas pelos utentes" levou a este desfecho, explicou, numa nota à imprensa, o presidente da Direção da instituição, diácono Francisco Santos.

Os encargos crescentes com pessoal, transportes, combustíveis, alimentação, seguros e outras despesas de funcionamento, a que se juntam as limitações das instalações atualmente utilizadas são as razões apontadas para a situação.

A Direção sustenta que a decisão "não foi tomada de ânimo leve e que foram ponderadas as possibilidades de manter o serviço", porém, "seria irresponsável prolongar uma resposta social sem condições para garantir a sua sustentabilidade futura".

A intenção da instituição é transferir os utentes para outras instituições, no sentido de não perderem o apoio que lhes era prestado pelo Centro, tendo sido já contactados a Santa Casa da Misericórdia da Murtosa e o Centro Social Paroquial do Bunheiro.

Este processo deverá decorrer em articulação com a Câmara Municipal da Murtosa e a Segurança Social, para garantir a continuidade dos cuidados e minimizar os constrangimentos para utentes e familiares.

Na mesma nota à Imprensa, o Centro Social Paroquial de Santa Maria da Murtosa reconhece "o apoio prestado ao longo do tempo por pessoas e entidades da comunidade".

No entanto, "a boa vontade individual nem sempre é suficiente para compensar o crescimento continuado dos custos, as exigências legais e as necessidades de investimento nas instalações e nos recursos humanos", lê-se na nota, onde é acrescentado que "o encerramento do Serviço de Apoio Domiciliário não apaga o trabalho desenvolvido nem diminui a importância da solidariedade entre as pessoas e as instituições da Murtosa".



CONSELHO GERAL DA CNIS

Conselheiros designam José Carlos B



O Conselho Geral da CNIS, reunido no dia 9 de novembro, em Fátima, designou José Carlos Batalha, atual presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, para liderar a lista de candidatura às eleições de janeiro próximo para eleger os novos órgãos sociais da Confederação.

Após alguma indecisão, as Uniões e Federações começaram por votar favoravelmente a apresentação de uma lista institucional por parte do Conselho Geral, algo que acontece pela primeira vez na história da CNIS, pois até agora as listas institucionais que se apresentaram a votos na CNIS emanaram da Direção. Aliás, estatutariamente, a Direção e o Conselho Geral são os únicos órgãos que podem apresentar listas de candidatura institucionais.

Nessa primeira votação, era exigida a aprovação por dois terços dos conselheiros, o que se verificou com 16 votos a favor e oito contra a constituição de uma lista pelo Conselho Geral.

Refira-se que à partida para a reunião de Fátima, 16 Uniões e Federações já haviam demonstrado, desde final de agosto, a sua intenção na constituição de uma lista do Conselho Geral, acabando por prevalecer a sua intenção.

Com apenas a ausência da UDIPSS Aveiro, eram necessários 16 votos a favor, o que acabou por acontecer, porque os conselheiros – com 11 votos a favor, oito contra e quatro abstenções – decidiram que a procuração e voto enviado pela União aveirense devia entrar nas contagens.

Decidida a apresentação de uma lista do Conselho Geral, os conselheiros votaram, de seguida, o nome proposto, pelas tais 16 Uniões e Federações, de José Carlos Batalha para liderar a candidatura. Novamente, a proposta foi aprovada por 16 votos a favor, cinco contra e três abstenções.

Por fim, foi colocado à votação dos conselheiros dar um voto de confiança a José Carlos Batalha para constituir a lista a levar a sufrágio, o que também foi aprovado, com 16 votos a favor, três contra e cinco abstenções.

"Penso que uma lista do Conselho Geral dá ideia de uma maior universalidade e gostava que, nas próximas eleições, todos os distritos e regiões autónomas se revissem nela", começou por dizer, ao SOLIDARIEDADE, no final da reunião, o padre Lino Maia, abordando, de seguida, a estreia do Conselho Geral na proposta de uma lista institucional: "Os estatutos permitem esta possibilidade e, desta vez, o Conselho Geral exerceu esse direito de poder apresentar uma candidatura. E fiquei contente por haver uma lista do Conselho Geral, porque assim dá ideia de uma maior universalidade. A CNIS é nacional, porque tem Uniões e Federações de todo o país, regiões autónomas incluídas. Como ditam os estatutos, que requerem dois terços para a aprovação de uma lista, houve 16 Uniões e Federações que votaram favoravelmente, o que demonstra uma grande abrangência nacional".

Sobre o ato eleitoral, para o qual se perfilam, pelo menos, três candidaturas, o presidente da CNIS mostra-se confiante numa demonstração da força da CNIS, apelando ao voto a 30 de janeiro, mais do que provável data do Congresso Eleitoral.

"Isto é tudo gente de bem, pelo que, penso, vai correr bem e, havendo várias candidaturas, pode ser importante em termos de adesão. É importante que todas as instituições vão votar, porque tem outro sabor, para quem exerce estes cargos, saber que tem o voto de muitas instituições. Assim, as pessoas podem escolher melhor, porque têm mais opções".

Sobre o pós-eleições, o padre Lino Maia é perentório: "Não estará em causa a continuidade ou não, porque é preciso evolução. Pode não parecer, porque já estou no cargo há 20 anos, mas sou a favor da alternância… e é importante que alguma coisa mude na CNIS".

Já o designado líder da lista de candidatura do Conselho Geral, nas suas primeiras declarações como tal, disse, ao SOLIDARIEDADE, que "é uma honra, como ainda agora dizia o padre Lino, servir esta causa e é, também, uma responsabilidade muito grande vir depois de quem está a terminar este mandato".

"Obviamente, há ideias e há novos olhares para os problemas, porque as pessoas são diferentes e fazem de formas diferentes", sustentou José Carlos Batalha, que olha o futuro próximo com entusiasmo.

"Agora, perspetiva-se um momento histórico na CNIS, com a perspetiva de três candidaturas. E o que me ocorre dizer é deixar uma mensagem de união, tendo em conta que a união é fundamental para darmos a imagem de uma CNIS forte", defendeu, argumentando: "Só teremos uma CNIS forte se formos capazes de pôr de lado as divergências, que naturalmente existem, e os olhares diferentes que temos para os mesmos problemas e sermos capazes de congregar esforços, tendo em conta que acima de tudo está uma Confederação, estão as pessoas que a Confederação serve, estão as pessoas que as instituições servem. No fundo, é pôr no centro da nossa ação a dignidade das pessoas. É uma mensagem de mudança de olhares, mas que se mude nesta perspetiva de garantir as pessoas sempre no centro das questões".

Agora, José Carlos Batalha terá de formar uma lista aos órgãos sociais, "que tem de ser abrangente".

"Quero que se olhe para a lista e se veja o país. A CNIS tem sede no Porto, mas é nacional, e quem olhar para a lista tem de ver o país lá retratado. Esta é a ideia, mas temos de trabalhar nisso", afirmou.

Curiosamente, cabe, agora, a José Carlos Batalha, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, agendar o Congresso Eleitoral, cuja data proposta pela Direção é dia 30 de janeiro de 2027.

O ato eleitoral decorrerá em Fátima, em local ainda a designar, entre as 9h00 e as 13h00, decorrendo a contagem dos votos até às 14h00, para às 16h00 os novos órgãos sociais tomarem posse.

Os cadernos eleitorais encerram dia 30 de novembro, sendo que as IPSS só ganham capacidade de voto se tiverem saldada a quota de dezembro de 2025 até à data de encerramento dos cadernos. A partir deste dia, as candidaturas podem ser oficialmente entregues nos serviços da CNIS até 15 dias antes do Congresso Eleitoral.

VOZ DE VOLTA

Batalha para liderar lista institucional



Quem já se perfilou como candidato à presidência da CNIS foi Tiago Abalroado, presidente da Unitate e da União Distrital das IPSS de Évora.

Tiago Abalroado apresentou a sua candidatura, no passado dia 27 de outubro, em Borba, com o lema «Voz de Volta».

"Dar às instituições mais força para cumprirem a sua missão" e "é com esse propósito que me apresento como candidato à Presidência da CNIS", afirmou na sessão de apresentação.

O primeiro candidato assumido ao ato eleitoral da CNIS, define "sete prioridades para construir o programa com as IPSS": Afirmar a Autonomia; Valorizar as Equipas; Defender os Dirigentes; Reforçar as Uniões e Federações; Recuperar o Financiamento; Curar a Cooperação; Simplificar a Lei.

"Não lideraremos a CNIS com um manifesto escrito por nós. Lideraremos a CNIS com um programa construído a partir da voz das instituições. Aceitamos a responsabilidade de carregar a sua voz. Voltaremos a unir as mãos para acender, em conjunto e união, a chama da solidariedade. Que depois de reacendida, nunca mais se apague", lê-se ainda no programa da lista que se "propõe a trazer o futuro da CNIS".

SOMOS CNIS

Por outro lado, numa mensagem enviada, a 25 de setembro, às instituições associadas da UDIPSS Porto, a que preside, Maria José Miranda comunicou a intenção de se candidatar à presidência da CNIS, tendo, igualmente, garantido no Conselho Geral de Fátima, que "iria surgir mais uma candidatura"

Sob o lema «Somos CNIS», a também membro da Direção da CNIS explicou às associadas o "compromisso claro" que assume com a candidatura à presidência da Confederação: "O fortalecimento da CNIS, das Uniões Distritais e das IPSS, com o firme propósito de construir, com todos e para todos, uma Confederação mais próxima, mais forte e mais presente, capaz de defender com determinação a sustentabilidade das instituições, para que cada pessoa que servimos encontre, em qualquer ponto do país, o cuidado, a proteção e a dignidade a que tem direito".

Para aquilo que considera uma "missão desafiante de capacitar as instituições de todo o País para servirem cada vez melhor as pessoas que acolhem", para Maria José Miranda, "o caminho terá, necessariamente, de contar com a participação e o envolvimento de todos".

DIREITOS HUMANOS

De regresso ao Conselho Geral, a reunião iniciou-se com a proposta da UDIPSS Setúbal para a votação de um louvor a Eugénio Fonseca, recentemente falecido, e que desempenhou diversos cargos de relevo no sector, tendo sido, inclusive, presidente-adjunto da CNIS. O voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, Alfredo Cardoso reportou uma reunião das Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS) para fazerem o balanço da participação nas Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, considerada de "louvável e sem mácula" e que deve ser "o caminho a seguir no presente e no futuro".

Filomena Bordalo apresentou, depois, algumas das ações que constarão do Plano de Ação da CNIS para 2027, ressalvando que é um documento aberto para dar possibilidade à nova Direção, a sair das eleições, de retocar o mesmo.

Sobre a Cooperação, o padre Lino Maia deu conta que a Comissão permanente do sector Social tem reunido e que "as várias entidades têm apresentado propostas para o Compromisso de 2027/2028", ao que o governo ainda não deu feedback.

"As quatro ERSSS apresentaram propostas para a área da Segurança Social, mas também para a Educação, Saúde e Justiça", revelou, acrescentando: "O governo ainda nada disse e está para apresentar uma contraproposta".

Lembrando que a atualização dos acordos de cooperação "é a última questão a ser discutida", o presidente da CNIS deixou um aviso: "Apesar do instrumento de atualização ter sido consensualizado, ou seja, tendo em conta os 70% de gastos com pessoal e 30% outros custos, as ERSSS, fruto de um estudo que fizeram, concluíram que a continuar-se com este instrumento a degradação da cooperação continuará, porque a inflação prevista é sempre inferior à inflação verificada e a inflação específica do sector é sempre maior do que a inflação prevista".

"Sempre chamámos a atenção para esta situação, mas agora parece começar a ter eco. Tem de haver uma majoração. Isso foi reconhecido, mas ainda não há consenso e vai demorar", sustentou o presidente da CNIS, frisando: "Não acredito no fecho das negociações até ao final do ano".

Por outro lado, anunciou que a CNIS vai ser distinguida pela Ordem dos Advogados, a 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, numa cerimónia na Fundação Engenheiro António de Almeida, no Porto, em reconhecimento do papel da Confederação da defesa dos direitos humanos.

Por fim, o Conselho Geral de 9 de novembro ficou ainda marcado pela última participação de José Carreiro, presidente da União Regional das IPSS do Algarve, que, no final do ano, deixa esse cargo dirigente.

Também o padre Lino Maia aproveitou a ocasião para lembrar que também ele, salvo a convocação de uma Conselho geral Extraordinário, se despedia do órgão consultivo. E não são os únicos…

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)

UDIPSS SANTARÉM

I Gala distinguiu instituições e personalidades e assinalou 25º aniversário

"Esta gala tem como objetivo darmos solidariedade a quem trabalha na solidariedade. Dar visão a quem diariamente no distrito dá aos outros". Foi com estas palavras que Luís Jacob, presidente da UDIPSS Santarém, abriu a I Gala da União Distrital a que preside.

Reconhecer, valorizar e dar visibilidade a pessoas, instituições, projetos e entidades que se distinguem pelo seu contributo para o Sector Social Solidário do distrito de Santarém foi o grande propósito do evento, que decorreu, no passado dia 27 de outubro, no Cine-Teatro de Almeirim, mas também valorizar o papel das IPSS no apoio às populações e destacar a importância da solidariedade e da intervenção social na região ribatejana.

Em ano de celebração do 25º aniversário da UDIPSS Santarém, a I Gala serviu ainda para debater a escassez de recursos humanos, a integração de imigrantes, mas também para procurar soluções inovadoras como a robótica.

"Sentimos dificuldade em recrutar em quantidade, mas acima de tudo em qualidade e em áreas muito específicas, como por exemplo educadores de infância, nutricionistas, ajudantes de lar, sobretudo em instituições mais afastadas dos centros urbanos", afirmou Luís Jacob, justificando: "Por exemplo, em Santarém e Almeirim é fácil arranjar um psicólogo, mas se formos para Mação e Sardoal já é mais difícil recrutar técnicos superiores".



Para o líder distrital, a requalificação de licenciados em determinadas áreas é uma das possíveis soluções para combater a falta de recursos humanos, relevando o uso inevitável da inteligência artificial e da robótica.

"Nós vamos ter robôs a trabalhar nas instituições e isso vai ser uma mudança muito importante para as instituições e para os utentes", sustentou Luís Jacob, que revelou ainda que a União Distrital está a testar um robô no apoio domiciliário: "Estamos a treinar robôs para acompanhar o utente 24 horas por dia, que informam a família de que a pessoa caiu e está a precisar de ajuda ou, simplesmente, para lhe fazer companhia. Pode parecer estranho agora, mas daqui a cinco anos vamos estar a falar disto com outra normalidade".

Para Luís Jacob, esta medida "é uma necessidade perante a falta de recursos humanos".

A I Gala da União Distrital de Santarém distinguiu, então, diversas entidades e personalidades, a saber: O padre António Martins Pereira, do Centro de Reabilitação e Integração de Fátima (CRIF), no concelho de Ourém, recebeu o «Prémio Dirigente», e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, do Tramagal, concelho de Abrantes, foi distinguido com o «Prémio Instituição».

A Câmara Municipal de Ourém recebeu o «Prémio Parceiro Social», numa distinção que reconhece a importância da colaboração entre as autarquias e as instituições de solidariedade social.

O «Prémio Técnico» foi para Marta Patrícia Estevão, do Centro de Bem-Estar Social de Vale de Figueira, no concelho de Santarém, instituição que viu o trabalho de Fernanda Cruz Rei, distinguida com o «Prémio Voluntário», também reconhecido.

O «Prémio Projeto» foi para a Orquestra Sénior do Concelho do Cartaxo, iniciativa promovida pelo Centro Social e Paroquial de Vale da Pinta, pelo Centro de Dia de Pontével e pelo Centro Social e Paroquial da Ereira.

Eduardo Mourinha, que foi presidente da União por vários mandatos e que também desempenhou cargos dirigentes na CNIS, foi agraciado com o «Prémio UDIPSSS», uma espécie de prémio carreira.

A I Gala UDIPSS Santarém, que teve ainda atuações do coro da APPACDM escalabitana e dos alunos da Universidade Sénior de Almeirim, contou ainda com a presença de Paula Carloto, diretora da Segurança Social de Santarém, Mário Figueiredo, vereador da Câmara Municipal de Almeirim, e D. José Traquina, bispo de Santarém, entre representantes de outras entidades, mas não só.

Fundada em 2001, a UDIPSS Santarém conta com cerca de 200 de instituições associadas.

APRESENTADO ESTUDO SOBRE CUSTOS REAIS DAS RESPOSTAS SOCIAIS NOS AÇORES

URIPSSA reclama reforço de verbas nos contratos de cooperação

Divulgado o estudo sobre os custos reais das respostas sociais nos Açores, os representantes do Sector Social Solidário no arquipélago esperam que agora haja um reforço de verbas nos contratos de cooperação.

"O que esperamos é que, chegando este estudo à República, ainda possamos ter direito às majorações que houve no Continente. Esperemos que, este ano, possa haver majorações no acerto para as IPSS dos Açores, além dos 4,7% que já vamos ter em novembro", defendeu João Canedo, presidente da URIPSS Açores.

O estudo sobre o apuramento do custo real das respostas sociais das IPSS dos Açores, encomendado pelo Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA) e elaborado pela empresa Norma Açores, conclui que os custos reais das respostas sociais nos Açores são superiores aos valores padrão previstos nos contratos de cooperação e, em algumas valências, superiores aos do continente.



Para João Canedo, este trabalho chega com dois anos de atraso, porque em 2024 já tinha sido realizado um estudo de âmbito nacional para apurar os custos reais das respostas sociais, que deixou os Açores de fora.

"Este estudo o que demonstra é o que sempre dissemos, que nós estamos a ser subfinanciados. Os custos reais que nós temos estão muito acima do financiamento que existe para as instituições", sublinhou João Canedo, que acrescentou: "Também era importante começarmos as negociações referentes aos acordos para 2027-2028, porque na República já estão em negociação desde setembro".

O estudo recomenda que haja uma aproximação entre os valores padrão e os custos médios reais das respostas sociais na região e que seja ponderado um fator de insularidade no modelo de financiamento.

Entre outras medidas, propõe também a criação de um "mecanismo de atualização automática", que integre o índice de preços no consumidor, a evolução salarial, os custos energéticos e os custos de transporte/logística.

Por seu turno, a secretária regional da Saúde e Segurança Social dos Açores reconheceu a necessidade de implementar mudanças no modelo de financiamento da ação social, mas ressalvou que é preciso ter em atenção as especificidades da região.



TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.

- GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS
- SERVIÇOS PARTILHADOS
- RESTAURAÇÃO COLETIVA
- RESTAURAÇÃO PÚBLICA E SISTEMAS DE EVENTOS
- RENDAS
- REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA
- PRODUÇÃO ALIMENTAR
- SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA
- LIMPEZA
- BENEFÍCIOS E INCENTIVOS
- TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

www.trivalor.pt

COMEÇA NOS MELHORES

CONTACTE-NOS

INSTITUIÇÕES DEVEM MANIFESTAR INTERESSE ATÉ AO DIA 30 DE DEZEMBRO

PARES 3.0 abre candidaturas para CACI e Lar Residencial

O aviso de abertura de candidaturas ao PARES 3.0 para as respostas sociais CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial já foi publicado, através do Despacho n.º 12924-A/2026, de 22 de outubro.

Este aviso tem como objetivo a criação de novos lugares, requalificação de equipamentos ou realização de obras urgentes/adaptação (com ou sem aumento de capacidade), cujas candidaturas deverão ser apresentadas até 30 de dezembro de 2026.

As tipologias de projetos elegíveis: Projetos que se enquadrem na tipologia 1 do Regulamento do PARES 3.0, em concreto, projetos que criem novos lugares nas respostas sociais CACI e Lar Residencial; projetos que se enquadrem na tipologia 2, em concreto, projetos que visem a realização de obras em estabelecimentos de apoio social que revistam carácter de urgência ou quando se verifique a necessidade de adaptação de instalações e/ou substituição de materiais e equipamentos, sem que se verifique um aumento de capacidade nas respostas sociais elegíveis.

É condição de elegibilidade e de acesso ao PARES 3.0 o cumprimento das condições específicas relativas à organização, instalação e funcionamento das respostas sociais elegíveis, nomeadamente: CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, nos termos da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 296/2026/1, de 13 de julho, tendo em especial atenção ao cumprimento das áreas funcionais previstas, até ao limite de duas unidades funcionais com capacidade de 30 lugares cada, sem prejuízo do previsto nos números 7 e 8 do artigo 6.º da referida portaria; Lar Residencial, nos termos da Portaria n.º 59/2015 de 2 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro, tendo em especial atenção ao cumprimento das áreas funcionais previstas, até ao limite de 30 lugares.

Não são elegíveis as candidaturas cujos projetos de investimento tenham sido contratualizados no âmbito dos avisos enquadrados na C03-i01: Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), independentemente do respetivo estado de execução.

As candidaturas ao PARES 3.0 abrangem a totalidade do território de Portugal continental.

A dotação orçamental correspondente ao montante de financiamento público, de 95.200.000 euros, conforme previsto no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto, com a seguinte desagregação por respostas sociais elegíveis: CACI – 39.800.000 euros; Lar Residencial – 55.400.000 euros.

A formalização da candidatura deve ser feita através de formulário próprio a disponibilizar no site do Instituto da Segurança Social.

FUNDAÇÃO EDP - MOBILIDADE SOLIDÁRIA

Candidaturas estão abertas até dia 30 de novembro

A Fundação EDP tem a decorrer, até ao próximo dia 30 de novembro, um período de candidaturas à terceira edição do programa Mobilidade Solidária, que prevê financiar até 20 projetos de entidades do Sector Social.

Cada candidatura aprovada terá direito a um apoio de 15 mil euros, destinado à aquisição ou contratação de um veículo 100% elétrico.

As candidaturas estão abertas a IPSS, entidades legalmente equiparadas, ONGD e ONGA.

A Fundação EDP prevê, nesta edição, também incentivos à apresentação de candidaturas conjuntas, permitindo que organizações com necessidades semelhantes partilhem uma viatura.

O apoio destina-se a facilitar as deslocações das instituições e a reduzir os custos associados à sua atividade, bem como as emissões poluentes.

Entre as utilizações apontadas pelas instituições apoiadas nas edições anteriores estão o transporte de utentes para consultas e tratamentos médicos, os serviços de apoio domiciliário e o acompanhamento de pessoas em situação de isolamento. As organizações referem ainda uma redução das despesas relacionadas com estes serviços.

Nas duas primeiras edições, o programa apoiou 43 entidades, abrangeu mais de 25 mil pessoas e contribuiu para evitar a emissão de 98 toneladas de dióxido de carbono, segundo um comunicado da Fundação EDP.



Crónica



Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde

Direitos Civis

Nestas crónicas em que, há mais de 20 anos, partilho com os meus leitores, com cadência mensal, as impressões que me suscita o correr do tempo e da vida, já por várias vezes tive ocasião de evocar o privilégio que me foi concedido de poder assistir, como jovem adulto politicamente empenhado, ao desmoronar de um regime iníquo, do chamado "Estado Novo", e à consequente implantação de um novo modo de organização social e política, assente nos valores da liberdade e dos direitos civis, instituído pela Revolução de 25 de Abril de 1974 – o "dia inicial, inteiro e limpo", nas palavras de Sofia de Mello Breyner Andresen.

Não foi coisa pouca!

Procurei sempre, nestas crónicas como no resto, pensar "à moda do Porto", quer dizer, procurando não ver os meus juízos contaminados pelas modas da corte, fugindo ao cheiro da canela e mantendo-me fiel aos valores do amor à liberdade e da resistência que ao longo dos tempos têm caracterizado as gentes do Porto.

Assistir à queda de uma ditadura, velha de 48 anos, que asfixiava as melhores energias do País e mantinha sob rédea policial os direitos de cidadania, como a liberdade de expressão e de associação e a existência de eleições livres, foi uma verdadeira luz na escuridão.

(Muitas vezes declamei, em reuniões ilegais pelos padrões de então, o poema de Manuel Alegre, cantado por Adriano Correia de Oliveira, com estes versos: "Mesmo na noite mais triste/Em tempos de servidão,/Há sempre alguém que resiste/Há sempre alguém que diz não."

Mesmo nessa "noite mais triste", nunca deixou a ditadura de ser afrontada por manifestações hostis, normalmente em ocasiões comemorativas de datas ligadas ao ideal Republicano. No Porto, além do 31 de Janeiro, outras datas, comuns ao resto do País: o 5 de Outubro, o 1º de Maio e, entre outras, e por exemplo, as candidaturas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado.

Normalmente essas manifestações eram sujeitas a cargas particularmente agressivas por parte das polícias.

(Embora, no caso, não tivesse havido carga policial, não posso deixar de recordar, como exemplo do entusiasmo transformador que o exercício da liberdade de reunião pode trazer, as Conferências do então Pe. Manuel Vieira Pinto, depois Bispo de Nampula, no Palácio de Cristal, no Porto, sob a égide do "Movimento por um Mundo Melhor", a que também tive o privilégio de assistir, com o meu Pai.)

2 – Confesso que não estava à espera de rever, agora num quadro de democracia consolidada, após mais de 50 anos sobre o 25 de Abril, uma manifestação pacífica, em defesa de direitos que são legítimos – e que o não fossem …! – ser dissolvida à carga de pancada pela Polícia, como aconteceu na Praça D. João I, no Porto, e no Rossio, em Lisboa.

Fui estudar para Coimbra em Novembro de 1969 – estavam ainda muito frescas as feridas da Crise Académica de Abril desse ano.

Tirando os cavalos, na dispersão dos estudantes, em Coimbra de 1969, trocados pelos cães, em Outubro de 2026, parece que nada mudou.

E, no entanto, tudo mudou!

Em primeiro lugar, o impacto da reportagem das televisões.

Sem embargo de a cobertura televisiva o ser "ad nauseam", pouco acrescentando às notícias do telejornal anterior, o certo é que a exposição mediática das partes em confronto colocou praticamente toda a população do lado dos manifestantes.

Seria difícil ser de outro modo.

Habituados a ver os jovens tratados como adictos às redes sociais, e aos males que acompanham essa adição, ou como agentes de assédio nas escolas, sem a componente de idealismo e solidariedade que desde sempre acompanhou a idade juvenil, é com verdadeira conciliação com essa idade difícil que assistimos ao empenhamento dos manifestantes acampados com causas sociais que são justas – aos olhos de todos.

Ajuda esse espírito de conciliação a presença de muitos outros estratos etários, menos jovens.

E em segundo lugar, por haver tribunais que não dependem do poder político, que são verdadeiramente independentes – como é próprio dos poderes soberanos, em democracia.

Com efeito, em 1969 nenhum tribunal anularia a expulsão dos dirigentes da greve aos exames decidida pelas autoridades académicas, ou mandaria regressar à Academia os estudantes que foram enviados para a tropa, como castigo. Já em 2026, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa é livre para desautorizar a intervenção da polícia e as ordens das autoridades autárquicas.

3 – Há ainda um aspecto que a reflexão sobre a manifestação pelo direito à habitação e a insólita intervenção policial suscita.

Com efeito, estava a fazer-se passar a convicção de que os eleitorados, designadamente a nível planetário, tenderiam a promover ou a aceitar sem reservas soluções autoritárias de governo e que tal configuraria uma espécie de tsunami, que arrastaria no sentido autocrático, com democracia enfraquecida, países democráticos estáveis.

Nesse caldo de cultura, a ostentação da força e do autoritarismo do Estado teria boa aceitação.

A vitória de Donald Trump, nas eleições intercalares para o Congresso dos Estados Unidos e a vitória antecipadamente atribuída a Flávio Bolsonaro nas eleições presidenciais no Brasil seriam indicadores dessa maré nefasta.

Mas as contas dos eleitorados dos Estados Unidos e do Brasil foram outras, como na Sérvia e na Hungria.

Pode ser que a maré seja ao contrário.

Opinião



José Figueiredo
Economista

Porque estou solidário com as acampadas

As recentes manifestações sobre o estado dramático do setor da habitação em Portugal tiveram o mérito de evitar que o tema fosse excluído do debate no espaço público como, segundo creio, seria o desejo das elites políticas domésticas. Trata-se, na verdade, de um assunto incómodo para os partidos do arco do poder. Embora o problema se tenha agravado nos últimos três anos, em parte devido a políticas públicas erradas do atual governo, a verdade é que nos anos da governação do partido socialista pouco mais se fez além de assistir ao cevar do monstro.

O drama está em que os preços das casas e das rendas subiram mais de 160% entre 2015 e 2025 ao mesmo tempo que o salário mediano cresceu na casa dos 50%. A habitação tem atualmente, nas zonas de maior pressão imobiliária, um custo inacessível mesmo às classes médias mais afluentes.

Embora a especulação possa pontualmente ter contribuído para a escalada dos preços, parece evidente que uma subida dos custos com a habitação de forma sustentada e com esta expressão quantitativa só pode resultar de um desequilíbrio estrutural entre oferta e procura.

As causas da debilidade da oferta são várias e algumas delas comportam alguma tecnicidade que não é possível tratar neste espaço de crónica. Citaremos apenas uma, quiçá a mais importante, que é o verdadeiro massacre do setor da construção civil que ocorreu no período do ajustamento de 2011-2014 e, do qual, ainda não recuperámos completamente.

Do lado do crescimento da procura temos razões de carácter secular, como os divórcios ou o número reduzido de filhos por casal, que fazem com que, para a mesma população, sejam necessárias mais casas. O alargamento do ensino universitário e o seu espalhamento pelo território nomeadamente através dos Institutos Politécnicos, uma coisa inegavelmente boa, gera uma procura por alojamento que a oferta tem dificuldade em acompanhar.

A expansão do turismo também tem contribuído quer para o aumento da procura quer para a escassez da oferta. O turismo é direta e indiretamente responsável por parte significativa da imigração o que puxa pela procura, ao mesmo tempo que o alojamento local deslocou parte dos ativos imobiliários do que, de outro modo, poderia ser oferta para venda ou arrendamento. Existirão em Portugal cerca de 120.000 estabelecimentos de alojamento local dos quais uma parte está em zonas rurais e, como tal, não contribuem para o gap entre oferta e procura, contudo, muitos estão situados em perímetros urbanos onde a pressão imobiliária é muito forte.

A imigração é obviamente uma das razões do alargamento da procura de habitação muito para além da capacidade de crescimento da oferta. Não conhecemos estudos similares para Portugal, mas trabalhos sobre países como a Espanha ou Irlanda, onde a crise de habitação é também muito aguda, demonstram que o crescimento do stock de habitação teria sido superior ao crescimento da população se excluíssemos a imigração.

Uma das consequências deletérias da crise habitacional é o número de pessoas com idade entre os 25 e os 34 anos que continua a viver em casa dos pais. Em Portugal, na Espanha ou na Irlanda essa proporção é superior a 40% e tem crescido de forma sustentada nas duas últimas décadas.

Poderia dizer-se que esta realidade justificaria a medida emblemática do atual governo de conceder benefícios fiscais e garantia pública a crédito hipotecário a pessoas com menos de 35 anos. Trata-se, contudo, de um erro de política pública.

Num mercado onde a procura é muito superior à oferta é sempre má ideia estimular a procura mesmo que apenas de uma parte da população. Na verdade, na ausência da medida, as habitações que foram fiscalmente beneficiadas teriam sido vendidas às mesmas ou a outras pessoas pelo que o contributo para a resolução global do problema é zero. Pelo caminho o governo lançou mais uma acha na fogueira dos preços que, obviamente, se dispensava. Pode o governo ter beneficiado marginalmente uma parte da população, mas fê-lo à custa do agravamento da situação para o conjunto da sociedade.

As boas políticas públicas nesta matéria são as que estimulam a oferta.

Claro que as casas não se encomendam para amanhã, pelo que o eventual reequilíbrio entre oferta e procura vai levar pelo menos uma década.

O problema está em que a situação é de tal maneira crítica que dizer às pessoas que esperem pacientemente dez anos sem uma solução não vai resultar – não creio que a rua se vá calar! Em tempos de emergência tomam-se medidas de emergência. Sobre elas falaremos numa próxima crónica.



ESPECIALISTAS EM FORNECIMENTO ALIMENTAR E NÃO ALIMENTAR

WORLD OF FOOD SOLUTIONS

30 Marcas Representadas

19 Marcas Próprias

5.800 Produtos em Stock

4.800.000 Litros Vendidos

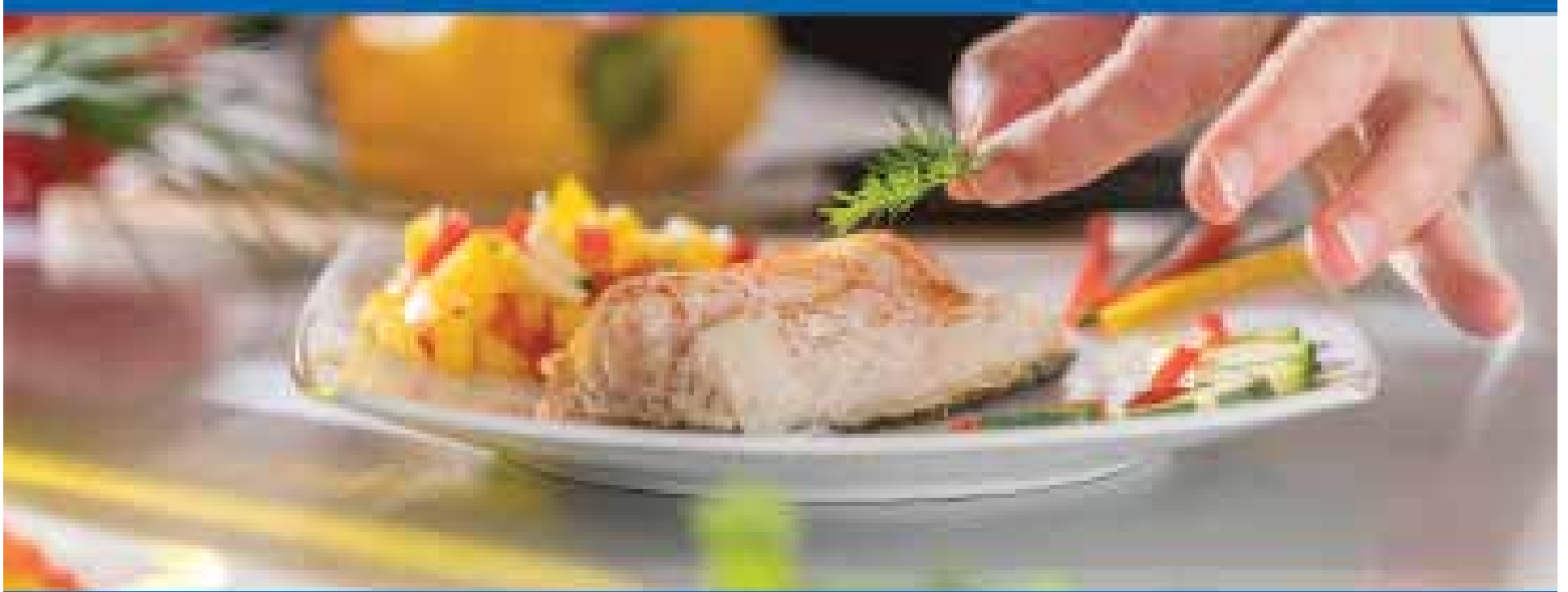
120.000 Encomendas de alimentos e de não alimentos

175 M € Faturação

100% Cobertura Nacional e Rotas Diárias e Acordos Internacionais para a África Ocidental e Atlântico

+24.000 Referências alimentares e não alimentares

8 Plataformas Logísticas Lisboa, Porto, Viana, Covilhã, Algarve, Açores, São Miguel e Terceira e Madeira



LISBOA: 214 651 000 COVILHÃ: 275 320 410
ALGARVE: 282 494 080 VISEU: 232 420 470
PORTO: 220 404 590 MADEIRA: 291 935 000 / 917 175 291
SÃO MIGUEL: 296 908 580
TERCEIRA: 295 513 940
WWW.SOGENAVE.PT

TRIVALOR

PROJETOS DA CASA DO POVO DE ALVITO E DO CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM

Azenha dos Afetos e Casas da Aldeia reforçam apoio social em Barcelos

O concelho de Barcelos acaba de ganhar mais duas respostas sociais, mais concretamente no território da União de Freguesia de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto, com a inauguração, no passado dia 29 de outubro, da Azenha dos Afetos - Habitações Colaborativas e Comunitárias, pela Casa do Povo de Alvito, e das Casas da Aldeia - Residência de Autonomização e Inclusão, pelo Centro Social Vale do Homem.



Alvito São Pedro é o local de implementação do dois equipamentos sociais, tendo a inauguração contado com a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho. Num investimento de cerca de dois milhões de euros, a Azenha dos Afetos, um equipamento da Casa do Povo de Alvito, é uma das primeiras respostas de habitação colaborativa e comunitária do distrito de Braga, que teve financiamento do PRR. São 10 habitações independentes, distribuídas por quatro tipologias, entre T0 e T3, com capacidade para acolher 30 pessoas. O espaço compreende ainda espaços comuns destinados a promover o convívio, a partilha, a entreajuda e os benefícios de uma rede de apoio comunitário.

A dezena de habitações, organizada em torno de um espaço exterior comum, com condições de acessibilidade, conforto e independência, contribuindo, assim, para a prevenção do isolamento social e para a promoção do envelhecimento ativo e da qualidade de vida.

Na cerimónia de inauguração, José Silva, presidente da Casa do Povo de Alvito, realçou o "carácter inovador da habitação colaborativa" e "o esforço desenvolvido pela instituição para a sua concretização", aproveitando a ocasião para lembrar "os desafios de sustentabilidade financeira das instituições", tanto ao nível das comparticipações públicas, como da "recuperação do IVA associado aos investimentos realizados". Já o projeto Casas da Aldeia, promovido pelo Centro Social Vale do Homem, tem como propósito a promoção da autonomia pessoal, da inclusão social e da qualidade de vida de pessoas com deficiência ou incapacidade. As residências com capacidade para 30 pessoas (todas as vagas já preenchidas) e com uma identidade de «cohousing», um modelo sustentável de habitações colaborativas, foram concebidas para proporcionar "um ambiente habitacional adaptado às necessidades dos seus destinatários", onde se privilegia o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, "a participação na vida comunitária e a construção de percursos de maior independência".

A inauguração das residências fecha apenas a primeira fase deste projeto, representando um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros e contemplando a criação de 15 postos de trabalho. Jorge Pereira, presidente do Centro Social Vale do Homem, anunciou que a segunda fase do projeto "deverá ser inaugurada em janeiro de 2027", altura em que estará concluído o CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão), adiantando ainda que o investimento global das três fases do projeto "deverá atingir os 10 milhões de euros".

Concluído todo o projeto das Casas da Aldeia, o Centro Social de Vale do Homem criará cerca de 60 postos de trabalho.

Considerando que projeto é importante para o desenvolvimento social do concelho, Jorge Pereira destacou a relevância das Casas da Aldeia "enquanto resposta inovadora" dirigida às pessoas com deficiência.

A cerimónia de inauguração contou com a presença do presidente da UDIPSS Braga, padre José Antunes, bem como de representantes da Segurança Social, autarcas e outras entidades institucionais e locais.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OLALHAS, TOMAR

Instituição recebe mais 50 mil euros da autarquia para a ampliação da ERPI

O Centro de Assistência Social de Olalhas viu a Câmara Municipal de Tomar atribuir-lhe uma verba de 50 mil euros para apoiar a instituição no reforço da sua capacidade de acolhimento, ou seja, para apoiar o investimento na sua Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

A verba agora atribuída soma-se a um apoio de igual montante anteriormente concedido pela autarquia, elevando, assim, para 100 mil euros o financiamento municipal destinado ao projeto da ERPI.

Segundo o presidente da Câmara de Tomar, Tiago Carrão, a decisão enquadra-se numa nova orientação do município relativamente aos apoios concedidos às IPSS, procurando adequar as comparticipações municipais aos encargos associados aos investimentos.

Recorde-se que o investimento do Centro de Assistência Social de Olalhas é para ampliar a capacidade da ERPI, numa altura em que continua em alta a procura por respostas residenciais o que coloca desafios às IPSS.

SOCIALELOOS E INSTITUTO S. JOSÉ REPARTEM 90 MIL EUROS

Município de Famalicão apoia financeiramente obras em duas IPSS

A Socialeloos - Associação Social de Fradelos é destinatária de um apoio de 50 mil euros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, para a construção do Centro Social, que integrará uma creche com capacidade para 84 crianças, um jardim de infância com 50 vagas, um centro de dia para 30 utentes, um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) para 39 utentes.

Mas também ao Instituto S. José, na freguesia de Oliveira S. Mateus, foi atribuída uma verba de 40 mil euros para as obras de remodelação das instalações do Centro Social Comunitário.

Estas verbas somam-se a outras já atribuídas pelo Município famalicense a outras instituições sociais do concelho, num total de 618 mil euros, no ano de 2026.

"São projetos que têm um impacto significativo na rede de apoio social do nosso concelho e que vamos continuar a apoiar", afirmou Mário Passos, edil de Vila Nova de Famalicão.

FICHA TÉCNICA

CNIS
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Propriedade:
CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14
Fax: 22 600 17 74
e-mail:
jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:
Padre José Baptista
Editor: V.M. Pinto
Redacção: Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira
Colaboradores: Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:
http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446

Impressão:
Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares
Depósito Legal n.º 11753/86, ICS-111333

BOLSA DE CUIDADORES

Setor Social dá apoio para permitir descanso de cuidadores informais

A Bolsa de Cuidadores criada pelo Governo permitiu que fossem abertas 117 vagas que facilitam que os cuidadores informais possam deixar a pessoa cuidada temporariamente em centros do setor social para poderem descansar.

"Este trabalho traduz-se em algo muito concreto. Alguém que pode sair de casa, descansar, cuidar de si próprio, sabendo que a pessoa de quem cuida continua a ser acompanhada e cuidada. Isto é fundamental", disse a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, no final do encontro "Cuidar em Parceria" que reuniu políticos, autarcas e profissionais do setor social para uma reflexão sobre as respostas sociais.

Em causa está um projeto-piloto que entrou em vigor em janeiro, que vem reforçar a rede de apoio, criando a Bolsa de Cuidadores que deverá garantir vagas em centros de dia, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e serviços de apoio domiciliário para que o cuidador informal possa descansar.

O anúncio foi feito no Instituto de Segurança Social (ISS), em Lisboa, durante o encontro, realizado a propósito do dia de Descanso do Cuidador Informal Trabalho.

No final do encontro, Maria do Rosário Palma Ramalho disse à Lusa que atualmente existem 19.000 cuidadores informais reconhecidos pelo ISS e que as pessoas devem entrar no portal online do centro distrital do município que aderiu ao projeto-piloto para saberem onde há vagas disponíveis.

Os cuidadores informais podem assim recorrer às respostas sociais quando precisem de se ausentar por motivos de saúde, profissionais ou de força maior.

O projeto prevê que essa ausência nunca poderá ser por mais de sete horas consecutivas e que cada pessoa cuidada poderá usar estes serviços apenas 56 horas por mês.

A secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, referiu à Lusa que das 117 vagas, 108 já estavam disponíveis "há cerca de dois meses" e algumas já devem ter sido usufruídas.

Durante o encontro Clara Marques Mendes sublinhou a importância do projeto-piloto, indicando que apesar do descanso dos cuidadores informais estar na lei, era de difícil acesso devido à escassez de vagas que permitissem deixar a pessoa cuidada em repostas residenciais, como por exemplo lares de idosos.

O projeto-piloto, que arrancou em janeiro, terá a duração de um ano e foi implementado em 18 concelhos, um por cada distrito de Portugal continental.

DR



Outras respostas para pessoas em situação dependência mencionada no encontro, foi o projeto-piloto de apoio domiciliário e médico.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disse que a avaliação do projeto que arrancou em maio, designado Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)+Saúde, deverá "ser positiva".

Clara Marques Mendes indicou que o SAD+Saúde, criado para apoiar pessoas em situação de dependência, deficiência ou incapacidade, sem capacidade de assegurar, temporária ou permanentemente as suas necessidades básicas ou cuidar da sua saúde, já ajudou mais de 150 utentes.

No encontro também esteve o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, que durante o seu discurso referiu que o Cuidado Informal vale cerca de 5,9 milhões de euros por ano.

